

CCJ aprova que estados mudem leis sobre armas

Texto de deputada do PL permite regras sobre posse e porte para defesa pessoal, práticas desportivas e 'controle de fauna exótica'. Secretário Nacional de Segurança Pública diz que lei 'deve ficar no âmbito da União'

GABRIEL SARAIA
gabrielsaraia@globo.com.br
Ilustração

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) aprovou ontem, por 34 votos a 30, um projeto de lei que dá aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre a posse e porte de armas de fogo, "tanto para fins de defesa pessoal, como também para as práticas esportivas, e de controle da fauna exótica invasora". De acordo com o texto da deputada bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC), presidente da comissão, os estados poderiam alterar a lei por meio das assembleias legislativas.

O projeto vai na contramão de uma Proposta de Emenda de Constituição estudada pelo governo que amplia a atuação da União na área de segurança pública nos estados. A PEC permitiria ao governo federal estabelecer diretrizes a serem seguidas por estados e municípios. Ao saber da aprovação, o secretário nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Mario Sarubbio, disse que a legislação sobre armas "deve ficar no âmbito da União".

— É uma política de segurança pública que deve servir pra todo o Brasil — afirmou Sarubbio em entrevista



Longo debate. Proposta de presidente da CCJ foi discutida por quase quatro horas entre parlamentares da comissão; texto ainda irá a plenário da Câmara

ao Estúdio I, na GloboNews. — Nós trabalhamos com a ideia de que isso deve ser uma política nacional.

A CCJ aprovou que, para legislar sobre o assunto, os estados devem ter um sistema de controle de armas integrado ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O parecer do relator, Deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP), considerou que é possível que dele-

que competência aos estados para legislar sobre "questões específicas" relativas ao tema.

O texto mantém a proibição da aquisição de armas de fogo e de munições proibidas, além de especificar que apenas pessoas nascidas naquele estado poderiam ser beneficiadas pela regulamentação. Ainda não há previsão para que o projeto vá para a votação no plenário.

A sessão foi marcada por embate de quase quatro ho-

ras entre os parlamentares de oposição ao governo Lula, favoráveis ao projeto, e os deputados governistas, contrários. Os que se opuseram ao texto reforçaram que apenas a União pode legislar sobre materiais bélicos.

— Se querem mudar isso, mudem primeiro a Constituição, depois o Estatuto do Desarmamento. Mas, este projeto é inconstitucional. É um atalho para burlar e atalhar a Constituição. Isto é um vilipêndio. Isso é um

discurso que coloca um estado contra o outro e merece o nosso repúdio — disse o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA).

JAVALIS Caroline de Toni, que por ser autora do projeto não presidiu a sessão, afirmou que apresentou a proposta exatamente por causa de decisões do STF. A deputada lembrou que o governador de Santa Catarina, Jorginho Melo (PL), apresentou um

Q "Se querem mudar isso, mudem primeiro a Constituição, depois o Estatuto do Desarmamento"

Rubens Pereira Júnior (PT-MA), contrário à lei

"Eles reconhecem que falta uma lei complementar para delegar essa competência"

Caroline de Toni (PL-SC), autora da proposta, ao dizer que o STF não terá como declarar o projeto inconstitucional, se aprovado

projeto para autorizar a caça de javalis que destroem plantações no estado e a constitucionalidade do texto foi questionada no Supremo, que entendeu que falta uma lei complementar para delegar essa competência para os estados.

— O argumento de que ações vão declarar inconstitucional a lei é errônea, porque eles reconhecem que falta uma lei complementar para delegar essa competência — afirmou.

PRÊMIO
faz
diferença
O GLOBO

CATEGORIA
ELA

• ELLEN MILGRAU

Ao trocar as passarelas internacionais pela luta contra a estigmatização das doenças mentais, a top encontrou um novo propósito com o programa "Faxina Milgrau" nas redes sociais, ajudando a limpar e arrumar casas de pessoas com transtornos psiquiátricos de forma voluntária.

• JANAÍNA RUEDA

À frente do restaurante A Casa do Porco, foi eleita pelo 50 Best como melhor chef da América Latina, em 2023, e do mundo, em 2024, representando a força das mulheres na gastronomia.

• PAOLLA OLIVEIRA

Em um movimento corajoso para se libertar dos padrões impostos pela sociedade, a atriz celebrou suas curvas, em imagens sem Photoshop na capa de ELA. No último carnaval, como rainha de bateria, consolidou-se como porta-voz da beleza real.

O SEU VOTO AJUDA NA ESCOLHA DOS VENCEDORES NAS 14 CATEGORIAS DO PRÊMIO FAZ DIFERENÇA 2023.



Vote até 28/04 no site
FAZDIFERENCA.COM.BR

PATROCÍNIO

Firjan SESI

REALIZAÇÃO

O GLOBO